

10 A 12 DE JUNHO DE 2025



REFORMA EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA AGENDA DO BANCO MUNDIAL

Adrielly Franciane de Rezende Santana
Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: adriellyr12@gmail.com

Adriane Stefany Oliveira Souza
Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: adrianestefany.dcm@gmail.com

Zilmar Gonçalves Santos
Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: zilmar.santos@unimontes.br

Eixo: Educação e diversidade

Palavras-chave: Reforma educacional, Banco Mundial, Políticas públicas

Contextualização e Justificativa da Prática Desenvolvida

A reforma educacional no Brasil tem sido influenciada por organismos internacionais, como o Banco Mundial, cujas agendas frequentemente convergem com políticas nacionais (MELLO, 2014). Esta experiência busca analisar criticamente os impactos dessas diretrizes na educação pública, considerando seu caráter tecnocrático e a redução da educação a um viés economicista.

Problema Norteador e Objetivos

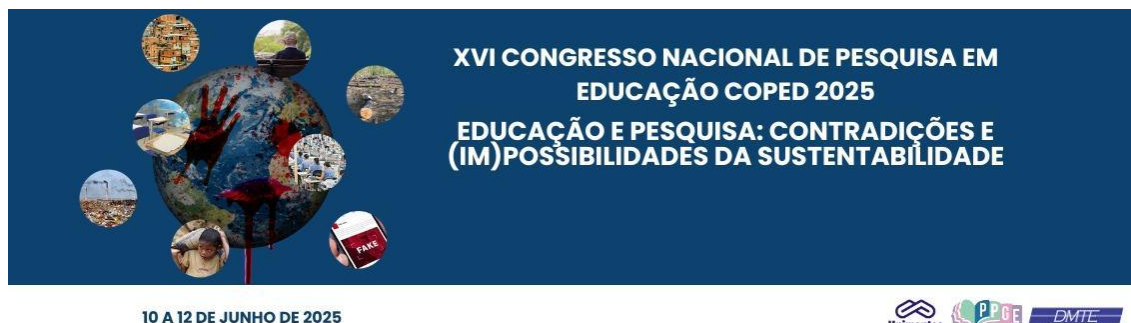
O estudo parte do questionamento: Como as políticas do Banco Mundial moldaram as reformas educacionais brasileiras e quais seus efeitos sociais? Objetiva-se discutir a influência dessas agendas, destacando contradições entre as propostas globais e as demandas locais.

Procedimentos e Estratégias Metodológicas

A pesquisa qualitativa baseou-se em análise documental de relatórios do Banco Mundial e legislações educacionais brasileiras, além de revisão bibliográfica crítica.

Fundamentação Teórica

A análise fundamenta-se em Mello (2014), que demonstra como o Banco Mundial atua como um agente intelectual na disseminação de uma agenda reformista alinhada ao projeto neoliberal, transformando a educação em um instrumento de ajuste econômico. Nesse sentido, preceitua Laval (2004) que teóricos liberais influentes nesta instituição desenvolvem análises extremamente favoráveis à privatização dos serviços de ensino, logo, sustentam que a privatização viabiliza o aumento do nível geral da educação e a melhoria da eficiência do sistema educacional. Entretanto, sem considerar os fatores mais profundos da situação desses países, que impedem os governos de fomentar a escola pública e ampliar a escolarização. Portanto, o Banco Mundial apela para uma mobilização de recursos privados nos níveis fundamental, médio e superior do ensino.



Resultados da Prática

Identificou-se a predominância de critérios de eficiência gerencial em detrimento de debates sobre qualidade social da educação. A relevância reside em denunciar os riscos da mercantilização do ensino, propondo resistências pedagógicas que valorizem a autonomia docente e as especificidades culturais. Dado que esta política ocasionou um desequilíbrio das atividades pedagógicas, que foram desvalorizadas, assim como, desestimulou a pesquisa do ensino em detrimento da pesquisa comercializada; devido a redução dos investimentos, diminuição salarial e aumento do número de alunos por disciplina.

Relevância Social e Relação com o COPED

Identificou-se a predominância de critérios de eficiência gerencial em detrimento de debates sobre qualidade social da educação. A relevância reside em denunciar os riscos da mercantilização do ensino, propondo resistências pedagógicas que valorizem a autonomia docente e as especificidades culturais.

Considerações Finais

As agendas internacionais não são neutras e exigem mediações críticas. A experiência reforça a urgência de políticas educacionais emancipatórias, distanciadas de modelos homogeneizantes.

Referências:

MELLO, Hivy Damasio Araújo. *O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais*. In: PEREIRA, João Márcio Mendes (org.);

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. Edições Loyola, 2004.

PRONKO, Marcela. *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p. 153-179.